

Senado mantém sustentação ao Governo

BRASÍLIA — A nova composição do Congresso indica que o Presidente Collor deverá continuar usando a mesma fórmula para evitar projetos que considera inoportunos: a Câmara, onde tem maioria apertada, pode aprovar, mas o Senado rejeita. Ao responderem ao levantamento, os senadores (que tiveram uma renovação de apenas um terço) foram mais afirmativos do que os deputados em seu apoio ao Governo, revelando maior identidade com o Executivo.

A segurança que a Casa revisora do Congresso dá ao Governo está expressa nos números: à maioria dos 44 senadores entrevistados (12) declarou que apóia o Governo, enquanto um segundo grupo (9) classificou-se como independente. Na Câmara, essa relação fica invertida, pois o maior grupo (88) afirma-se independente do Governo, deixando em segundo lugar (68) os que apóiam o Executivo. Apenas 14 senadores definiram-se como sendo de oposição, moderada ou sistemática.

Senado e Câmara têm as mesmas posições em questões como a do apoio ao monopólio da Petrobrás na exploração do petróleo, da rejeição à reeleição do Presidente da República, da implantação do voto distrital e da liberação das importações.

Há divergências, contudo, quanto à revisão constitucional do direito de greve: na Câmara, a maioria é favorável, enquanto no Senado é contrária. A exigência da disciplina partidária divide os senadores (22 a favor e 21 contra) e mostra uma outra contradição com a Câmara, que acha, majoritariamente, que o parlamentar deve votar como quiser.

O Governo pode também ficar tranquilo em relação à dívida externa, cuja negociação deve, constitucionalmente, ter a aprovação do Senado. O segundo maior consenso entre os senadores — o primeiro é o voto distrital — é o apoio à forma pela qual o Governo está renegociando a dívida.

Outra, entre as muitas contradições do novo Congresso, é a sua capacidade de ser ao mesmo tempo majoritariamente parlamentarista e ficar dividido em relação à disciplina partidária, pressuposto básico do fortalecimento dos partidos, voga mestra do regime parlamentar.

Pouco mais de 40% dos parlamentares acham que a disciplina deve ser absoluta. E, mesmo dentro deste percentual, alguns, como o parlamentarista e Presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), fez questão de acrescentar "com ressalvas", sem explicitá-las. Mas a maioria — quase 50% — pretende ter liberdade para votar independentemente da posição partidária. Neste tipo de dubiedade, o PFL, que surgiu justamente de uma infidelidade partidária dentro do PDS do então candidato à Presidência, Paulo Maluf, é um dos campeões. Seguido de perto pelo PRN,

com o qual alimenta a formação de um bloco, e do próprio PDS.

No PFL, enquanto metade do partido se diz parlamentarista, 70% pretendem votar por conta própria. O PRN está dividido ao meio. Para dois partidos que articulam a formação de um bloco, é interessante notar que seus integrantes navegam por conta própria até dentro dos partidos. O PDS apresenta os percentuais do PFL invertidos: 70% de parlamentaristas e 50% contra a fidelidade absoluta.

Esta mesma tendência se verifica no maior partido da oposição; o PMDB: 76% de parlamentaristas e 54% pela liberdade de voto. No PT, a fidelidade (60%) é mais acentuada, coerente com a opção parlamentarista da maioria (68%).

Na página 14, "Um festival de posições contraditórias"